



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE
MENTAL**

AJUSTE DIRETO 05/2020

CADERNO DE ENCARGOS

Locação de equipamento de cópias e impressão

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.^a

OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto, que tem por objeto principal a contratualização de “Locação de equipamento de cópias e impressão”, nos termos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP), republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, nas condições definidas nas Cláusulas Complementares descritas na Parte II.

CLÁUSULA 2.^a

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
 - 1.1. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo locador.
 - 1.2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 - 1.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1.1. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo locador, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.^a

PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O contrato entra em vigor no dia útil seguinte à celebração do respetivo contrato escrito.
2. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
 - a. Prazo de execução máximo de 36 (trinta e seis) meses;
 - b. Preço base fixado para o procedimento.

3. O locador fica obrigado a proceder à entrega do bem, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da entrada em vigor do contrato.
4. Durante o período de vigência do contrato, o locador não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

CLÁUSULA 4.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO LOCADOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Locador as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Disponibilizar o equipamento identificado na sua proposta, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - 1.2. Assegurar a instalação do referido equipamento objeto do contrato bem como um serviço de assistência técnica;
 - 1.3. Fornecer uma solução de software, que permita a programação alarmística quanto aos contadores e nível dos consumíveis do equipamento;
 - 1.4. Transportar o equipamento para as instalações da Entidade Adjudicante;
 - 1.5. Prestar serviço de assistência técnica e manutenção ao equipamento objeto do procedimento pelo período correspondente ao prazo de vigência do contrato nos termos da proposta adjudicada, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante;
 - 1.6. Assegurar a gestão de consumíveis, com exceção do papel;
 - 1.7. Garantir as condições para a execução do volume mensal de cópias/impressões contratualizado;
 - 1.8. Garantir a todo o momento a qualidade dos equipamentos e dos serviços, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - 1.9. Cumprir o prazo de entrega do referido equipamento;
 - 1.10. Assegurar a garantia do equipamento a alocar e dos serviços a executar;
 - 1.11. Manter o preço mensal da locação e os valores unitários para as cópias excedentes, de acordo com o apresentado na proposta adjudicada;
 - 1.12. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - 1.13. Conduzir os trabalhos com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

- 1.14. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a locação e a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante. Sempre que houver interrupção da locação não programada, o locador emitirá, no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção, um relatório com informação sobre os motivos da mesma, e proposta de calendarização alternativa;
- 1.15. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- 1.16. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão dos contratos;
- 1.17. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a locação, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- 1.18. Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- 1.19. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o locador indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- 1.20. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
- 1.21. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
2. A título acessório, o locador fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à execução da locação e respetivos serviços identificados na sua proposta, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 5.^a

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DA LOCAÇÃO

1. O locador obriga-se disponibilizar o equipamento e a executar os serviços objeto do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.

2. O equipamento objeto do contrato deve ser disponibilizado e todos os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral utilização e funcionamento, incluindo instruções/especificações e outros.
3. O locador é responsável, perante a Entidade Adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância dos equipamentos e/ou serviços objeto do contrato que existam no momento em que os equipamentos lhe são entregues e os serviços lhe são prestados.
4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

CLÁUSULA 6.^a

CONTROLO DA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO

1. A Entidade Adjudicante designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo locador e o qual fará a inspeção e o acompanhamento da locação.
2. Efetuada a entrega dos equipamentos e/ou a execução dos serviços objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, através do gestor, procederá à inspeção quantitativa e qualitativa daqueles, com vista a verificar se estão em conformidade com as quantidades estabelecidas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas citadas Especificações Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
3. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o locador deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do locador.
5. O locador não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito da locação, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 7.^a

INOPERACIONALIDADES, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1. Se no decorrer da execução do contrato não se comprovar a total operacionalidade dos equipamentos ou dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas **Cláusulas Técnicas**, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o locador.

2. No caso previsto no número anterior, o locador deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às alterações necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o locador proceder às reparações ou substituições necessárias, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da Entidade Adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.
5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o locador compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 8.^a

DEVER DE SIGILO

1. O locador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo locador, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
5. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
6. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 9.^a

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 10.^a

CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1. O locador deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da Entidade Adjudicante.
2. O locador obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 11.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Efetuar o controlo da qualidade do equipamento, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas;
2. Monitorizar a locação, em período regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao locador a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à locação;
4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 12.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela locação do equipamento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-

se a pagar ao locador o preço resultando, sendo considerado sempre o valor da locação acrescido do valor unitário de cópias/impressões excedentes a preto e branco e a cores, em função do consumo efetivamente verificado no período em causa, se aplicável, de acordo com o apresentado na proposta adjudicada, até ao valor base fixado para o procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. **O preço base para o procedimento é fixado em 3.500 € (três mil e quinhentos euros),** que corresponde ao preço total que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela locação do equipamento, acrescido do valor estimado para cópias/impressões excedentes, para a globalidade do prazo de vigência do contrato.
3. Constituem parâmetros base, para efeitos do n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, os a seguir indicados:
 - 3.1. **O preço unitário de cópias excedentes a preto máximo é fixado em 0,01€ (um cêntimo);**
 - 3.2. **O preço unitário de cópias excedentes a cores máximo é fixado em 0,10€ (dez cêntimos);**
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte do equipamento para o respetivo local da instalação, deslocações dos técnicos, mão-de-obra, peças, consumíveis, reparações/manutenções, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 13.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Para efeitos de pagamento, o locador deverá apresentar à Entidade Adjudicante as correspondentes faturas, com periodicidade mensal, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data do seu vencimento.
2. Os pagamentos são efetuados pela Entidade Adjudicante no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
3. O valor a faturar respeitará o valor mensal da locação e o valor unitário para as cópias excedentes a preto e a cores, se aplicável, apresentados na proposta adjudicada.
4. Cada fatura deverá referir especificamente o fim a que se destina nomeadamente para efeitos de elegibilidade de despesas.
5. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor de Contrato deve comunicar ao locador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o locador a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CPP.

CLÁUSULA 14.^a

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do locador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do locador.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 15.^a

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao locador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do locador, na parte em que intervenham;
- 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do locador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo locador de normas legais;
- 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do locador, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do locador não devidas a sabotagem;
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 16.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o locador violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
 - 1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao locador;
 - 1.2. Oposição reiterada do locador ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - 1.3. Incumprimento, por parte do locador e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da locação;
 - 1.4. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - 1.6. O locador se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
2. A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das

circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao locador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

CLÁUSULA 17.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO LOCADOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o locador pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo locador à entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo locador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 18.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da Entidade Adjudicante, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 19.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação do locador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

CLÁUSULA 20.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas pelos meios referidos no ponto anterior ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das respetivas entidades a identificar no cabeçalho do contrato.
2. No caso das comunicações do locador à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 21.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 22.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do objeto a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS
CLÁUSULA 23.^a

ENQUADRAMENTO

Refere-se o presente documento às especificações a que deve obedecer a locação de equipamento de cópias e impressões, para a APPACDM de Viana do Castelo, pelo período de execução de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA 24.^a

LOCAÇÃO E SERVIÇOS A PRESTAR

1. Os equipamentos objeto do contrato devem ser entregues e instalados no prazo máximo de **(dez) dias**, contados a partir da entrada em vigor do contrato.
2. A assistência técnica será faseada, através de requisições, consoante as necessidades da Entidade Adjudicante.
3. Fazem parte deste procedimento e são obrigações do locador, assegurar as seguintes atividades/serviços:
 - a) Transportar, instalar, configurar e testar o equipamento, na data e local acordados com a Entidade Adjudicante;
 - b) Disponibilização das drives nos postos de trabalho os respetivos locais de instalação;
 - c) Instalação de software de gestão de equipamentos;
 - d) Formação ao nível dos utilizadores e administradores da solução;
 - e) Substituição de peças, em resultado do desgaste normal e alto desgaste ou por defeito de fabrico, e modificações e alterações nos equipamentos, sempre que bom funcionamento do equipamento o exija e sempre que os serviços técnicos o recomendem, respetivamente;
 - f) Deslocações ao local de instalação do equipamento, sempre que necessário;
 - g) Fornecimento de todos os consumíveis necessários ao bom funcionamento do equipamento, sempre que a Entidade Adjudicante o solicite;
 - h) Volume mensal de cópias/impressões.

CLÁUSULA 25.^a

LOCAL DA INSTALAÇÃO

O equipamento objeto do contrato deverá ser instalado nas instalações da APPACDM de Viana do Castelo.

CLÁUSULA 26.^a

CARACTERIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO A LOCAR

A locação objeto do contrato compreende a disponibilização de um equipamento com as seguintes características mínimas:

- 2 gavetas de papel p/ 500 folhas
- Alimentador inversor de originais
- Unidade frente e verso (duplex)
- Sistema de impressão em rede
- Sistema de Digitalização
- Mesa de suporte
- Velocidade de impressão: 25 páginas por minuto
- Funcionamento em Rede
- Funções de Cópia e Digitalização, com possibilidade frente e verso

CLÁUSULA 27.^a

VOLUME DE CÓPIAS E IMPRESSÕES

- a. A locação do **equipamento de cópia e impressão** com as características descritas na Cláusula anterior inclui um plafond mínimo de cópias/impressões (a cores A4 / A3):
- i. a preto e branco de 1.000 cópias/impressões por mês, com assistência técnica e manutenção no prazo de 8h em dias úteis;
 - ii. a cores de 50 cópias/impressões por mês, com assistência técnica e manutenção no prazo de 8h em dias úteis;
 - iii. O saldo do número de cópias, caso não seja totalmente utilizado no mês a que diz respeito deverá transitar para o mês seguinte, sem qualquer custo adicional para a Entidade Adjudicante;
 - iv. Quanto o número de impressões efetivas acumuladas exceder o limite de 36.000 cópias/impressões a preto e branco e 1.800 cópias/impressões a cores, começará a ser aplicado o preço unitário por cópias excedentes apresentado na proposta do locador.

CLÁUSULA 28.º

MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os serviços de assistência técnica e manutenção incluem:

- a) O serviço de assistência técnica é prestado nas instalações da Entidade Adjudicante, com recurso a técnicos especializados;
- b) Sempre que possível, a assistência técnica poderá ser providenciada online sem a deslocação de técnicos às instalações da Entidade Adjudicante;
- c) Em caso de reporte de uma situação de urgência, em resultado de qualquer anomalia que impeça o normal funcionamento de quaisquer serviços da Entidade Adjudicante, a assistência técnica deverá ser prestada no prazo mais curto possível, não ultrapassando as 8h úteis após a comunicação por parte da Entidade Adjudicante ou deteção da avaria por parte do locador; Este prazo poderá ser alterado por acordo entre ambas as partes, de acordo com o tipo de anomalia/avaría/ manutenção;

- d) Quando necessário, a substituição do equipamento inoperacional deve ocorrer no prazo de 2 dias úteis;
- e) O locador obriga-se a prestar assistência técnica ao equipamento no âmbito do serviço reparando e fornecendo as peças necessárias à reparação;
- f) Os consumíveis (exceto papel e agramos) deverão ser entregues no prazo máximo de 3 dias úteis, contados a partir da data da solicitação por parte da Entidade Adjudicante;
- g) O locador dispõe de 1 dia útil para suprir as deficiências e irregularidades detetadas nos consumíveis entregues, a contar da data da comunicação por parte da Entidade Adjudicante;
- h) No que concerne à instalação e configuração de hardware e software, o locador promoverá ações de formação, *on-the-job*, aos utilizadores quando solicitado pela Entidade Adjudicante;
- i) Deverá ser realizada manutenção preventiva em todos os equipamentos, com a regularidade necessária de modo a reduzir o número de intervenções, prolongando assim o tempo de disponibilidade dos mesmos;
- j) O locador deverá efetuar as reparações necessárias, de modo a repor o funcionamento do equipamento;
- k) O locador deverá enviar orçamentos para a Entidade Adjudicante, indicando os consumíveis e/ou peças que entende ser necessários, procedendo apenas à sua aquisição e instalação após obter autorização por parte da Entidade Adjudicante.
- l) Sempre que a complexidade da assistência o exija, por decisão do locador, a assistência poderá ser prestada nas oficinas do mesmo, devendo este assegurar o transporte dos equipamentos e responsabilizar-se pelos mesmos.

Signing Date: 2020/10/02 16:44:03 GMT +01:00
Reason: Este documento está certificado